

A Experiência Coletiva como Fonte de Aprendizagens nas Lutas do Movimento Sem Terra no Brasil

Célia Regina Vendramini*

O texto propõe uma reflexão sobre as aprendizagens construídas e/ou adquiridas pelos trabalhadores rurais sem-terra na sua experiência junto ao Movimento dos Sem Terra (MST), no Brasil. A primeira parte identifica as origens sociais dos sem-terra que constituem o MST em Santa Catarina, região sul do país; a segunda reflete sobre alguns dos aprendizados constituídos nas principais experiências de luta do Movimento, desde a ocupação de terras, passando pelo acampamento, até a organização dos assentamentos; a terceira e última parte analisa estas aprendizagens com base na categoria experiência, fundamentada em E. P. Thompson. As experiências vividas pelos sem-terra provocam um conjunto de aprendizagens com grande significado pessoal, social e político, a partir do embate entre uma história de vida ausente de participação social e política e a entrada num movimento que se sustenta pela organização de massa e pela capacidade de autogestão nos acampamentos e assentamentos.

O enfoque deste estudo diz respeito às aprendizagens constituídas coletivamente pelos sem-terra, tendo como base sua experiência de vida e de trabalho no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil¹. Faremos um recorte espacial, tendo em vista a grande diversidade das regiões em que o MST está organizado no país (em todos os estados brasileiros, exceto Amazonas, Roraima, Acre e Amapá). As reflexões aqui apresentadas fundamentam-se em pesquisas² desenvolvidas junto aos acampamentos e assentamentos rurais em Santa Catarina, no Sul do país, região que viu nascer a organização do MST, a partir da primeira ocupação de terras em 1980.

Ao analisar algumas das aprendizagens adquiridas / construídas pelos sem-terra nas suas experiências sócio-educativas, elegemos como referência teórico-metodológica os estudos de E. P. Thompson (1968 e 1981), tendo como eixo de análise a categoria experiência e os estudos sobre a formação experiencial, fundados em Canário (2000), Josso (2002) e Cavaco (2002).

O texto está estruturado em três partes. A primeira delas tem como objeti-

* Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou um estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com apoio da CAPES, em 2004-2005.

vo explicitar a origem social dos sem-terra em Santa Catarina. Para apreender as mudanças por eles vivenciadas, no campo das aprendizagens, faremos algumas indicações sobre quem é o sujeito que constitui o Movimento dos Sem Terra. Na segunda parte, identificaremos alguns processos de aprendizagens que se desenrolam no contexto de luta do MST, o qual envolve, fundamentalmente, a ocupação de terras, a vida no acampamento e a organização do assentamento. Por último, faremos uma reflexão, na forma de síntese, sobre as experiências como fontes de aprendizagens e sobre o reconhecimento pessoal, social e político das experiências construídas pelos sem-terra.

Origem social dos sem-terra

É necessário conhecer a base que constitui o MST (quem são, de onde vieram, aspectos de sua trajetória de vida, de trabalho e de participação social e política) para perceber as mudanças provocadas, em termos de aprendizagens, pela sua participação e constituição do Movimento dos Sem Terra.

De um modo geral, são trabalhadores que historicamente estiveram alijados da participação política e marginais em relação ao acesso às políticas públicas. Com pouca ou sem nenhuma escolaridade, sem trabalho ou em trabalho precário, sem a terra ou com terra insuficiente para sua sobrevivência, vão formando uma categoria política denominada sem-terra. Somam hoje, no país, em torno de 4,5 milhões de trabalhadores³.

A origem dos sem-terra no estado de Santa Catarina é fruto de um movimento de trabalhadores em âmbito mundial, os quais historicamente procuraram, sem fronteiras, alternativas de trabalho e de vida. Encontramos nos acampamentos e assentamentos do MST descendentes de imigrantes, com seus sotaques e expressões características, bem como, descendentes dos chamados caboclos⁴ e também dos indígenas. Com base em nossa pesquisa, constatamos, quanto à sua origem, que 41% dos sem-terra acampados e assentados identificam-se como caboclos, 34,5% manifestam sua origem entre os imigrantes italianos e alemães e 14% dizem ter origem indígena. Outro dado revela que 85,7% dos sem-terra acampados e assentados no estado nunca foram donos de terras, o que revela uma trajetória de submissão, de trabalho para os outros (os patrões), de pouca experiência em autogestão e administração.

Por outro lado, estes mesmos trabalhadores têm uma história marcada pela organização social e política no país. Podemos indicar, entre outros, os movimentos do início do século XX (em Santa Catarina, o Movimento do Contestado; na Bahia, o Movimento de Canudos; no Ceará, o Juazeiro do Padre Cícero), as Ligas Camponesas na década de 1960, o Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento de Mulheres Agricultoras, Movimento dos Agricultores Familiares, Movimento dos Sem Terra, a partir da década de 1980.

O MST congrega, atualmente, 350 mil famílias assentadas e aproximadamente 160 mil famílias acampadas. No movimento, existem mais de 500 associações de produção, comercialização e serviços; 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2.299 famílias associadas; 32 Cooperativas de Prestação de Serviços com 11.174 sócios diretos; duas Cooperativas Regionais de Comercialização e 3 Cooperativas de Crédito com 6.521 associados. São 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces, além de diversos artesanatos. Tais empreendimentos têm gerado emprego, renda e beneficiado cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil. Os assentamentos e acampamentos possuem 1.800 escolas públicas onde estudam 160 mil crianças e estão empregados 5 mil educadores/as. Na educação infantil (de 0 a 6 anos) trabalham outros 500 educadores/as. O setor de educação ainda desenvolve um programa de alfabetização de aproximadamente 30 mil jovens e adultos em convênio com outros programas e instituições. Atualmente, existem 1.500 estudantes do MST em cursos de ensino médio e superior, além da formação de técnicos em administração de assentamentos, cooperativas e em magistério; 750 militantes fazem curso universitário, sendo que desses, 58 cursam medicina em Cuba⁵.

Diante deste quadro, questionamos sobre o que acontece com as crianças, jovens e adultos que passam a constituir o Movimento dos Sem Terra. Para além da conquista da terra, quais as experiências construídas e adquiridas, e em que elas afetam a aprendizagem dos envolvidos?

A ocupação, o acampamento e o assentamento como espaços de aprendizagens

A decisão de participar de uma ocupação de terra é o marco inicial do MST. É uma decisão que só é tomada após muitas desilusões, as quais se constituem em processos de aprendizagens. Desilusão em relação à possibilidade de comprar um pedaço de terra, de ser beneficiado pelo Banco da Terra⁶ ou de conseguir um emprego. A aprendizagem acontece quando as pessoas têm consciência dessa situação e da necessidade de organizar-se para mudá-la.

Não se pode imaginar que as situações adversas em que as pessoas vivem e trabalham possam levá-las, automaticamente, à organização e luta. “As razões e causas não são o mesmo que atos. Os seres humanos não reagem ao estímulo da fome ou da opressão através de nenhuma resposta automática ou estandardizada de revolta. O que eles fazem, ou deixam de fazer, depende da sua situação histórica entre os outros seres humanos, do seu envolvimento, sua cultura, tradição e experiência” (Hobsbawm e Rudé, 1982, p.58). Há, neste sentido, um intenso trabalho do MST no sentido de organizar as pessoas nos seus locais de vida e trabalho, o que hoje inclui os bairros periféricos das cidades (as favelas).

A ocupação em si é um ato radical e coletivo, que expressa, envolto em muito temor e sofrimento, uma grande desigualdade social: milhares de famílias ocupam uma área privada, considerada um latifúndio⁷ Algo que só é possível com uma grande massa de pessoas, com organização, com coesão em torno de objetivos em comum (pelo menos neste momento) e com lideranças à frente.

Nesse processo participa toda a família. São homens, mulheres, crianças, jovens e, inclusive, idosos que se juntam ao Movimento e expressam que o extermínio de vidas não tem limite de geração, nem de raça (são pessoas negras, brancas, de olhos claros, de traços indígenas, de diferentes sotaques) e nem de gênero. As mulheres do MST não só acompanham seus maridos, constituem-se como lutadoras e como lideranças, organizam cooperativas e grupos coletivos.

O enfrentamento faz parte da ocupação em meio aos despejos e reocupações. Os trabalhadores que ousam se organizar e confrontar a ordem estabelecida são violentamente reprimidos em suas ações, de diversas formas, desde as físicas até as simbólicas ou invisíveis, manifestadas nas expressões e palavras, nas imagens e na desqualificação dos sem-terra e do MST. Em nossa pesquisa, constatamos que 41,2% dos assentados e acampados já enfrentou a polícia em confronto direto e 26,6% enfrentou o proprietário de terras.

A organização e vida num acampamento exige extrema organização, disciplina com regras muito firmes e o aprendizado de viver e organizar a vida junto com outras pessoas, dantes desconhecidas. Têm em comum uma história de exploração, de trabalho precário, ainda que com trajetórias singulares.

A aprendizagem expressa-se de forma explícita ou por meio de concepções que vão adentrando a mentalidade das pessoas, de forma muitas vezes conflituosa. Começa com a construção do barraco de lona preta, que exige um saber prático e alternativo, para protegerem-se do frio intenso ou do calor, o cuidado com a água que bebem, a construção das privadas, a escolha dos locais para lavar roupas, a construção dos barracos, da escola. Devemos assinalar que há muita precariedade por falta de condições materiais, mas também por limitações em termos de acesso ao conhecimento.

A organização do espaço e, especialmente, da rotina do acampamento é algo que exige um novo aprendizado em relação à forma de viver. O outro está sempre ao lado, impondo sua presença, as relações de vizinhança começam a ser traçadas pela localização dos barracos, pelos empréstimos e pelas trocas.

Em suma, observamos uma mudança radical na forma de organizar a rotina da vida das pessoas em todos os sentidos. Estão organizados em comissões (em geral, são comissões de alimentação, de saúde, de segurança, de higiene, de educação, de organização interna) e em núcleos (grupos de famílias com barracos vizinhos). A coordenação do acampamento é composta pelos líderes das comissões e dos núcleos, tendo sempre uma liderança mais antiga do MST, destacada para organizar e acompanhar o acampamento. A assembleia é a instância máxima de decisão. A roda de chimarrão⁸ é a expressão tradicional do encontro, da conversa sem pretensões,

mas também das análises conjunturais e troca de idéias. É também a porta de entrada dos visitantes ao acampamento.

Nas reuniões, as pessoas são desafiadas a falar, a anotar as deliberações para depois repassá-las ou a memorizá-las ou então a criar códigos, no caso dos que não sabem escrever. Observamos trabalhadores com as mãos calejadas pelo uso da enxada segurarem uma caneta e tentarem escrever alguma coisa; pessoas acostumadas a somente receber ordens e obedecer a ter que emitir uma opinião.

O MST exige da sua base algumas características que se constituem, ao nosso ver, em possibilidades de aprendizagens: a participação em reuniões, a coordenação, a transmissão das informações, a representação, a negociação, a expressão pública, a emissão de opinião, a divisão dos tradicionais espaços autoritários com as mulheres e os jovens, a socialização com outras pessoas de mundos diferentes, a participação em cursos, passeatas, manifestações públicas e outras.

Há muitos vícios difíceis de combater, há diversas formas de resistência às regras do acampamento, há desânimo, há medo, há desistências, há falta de comida, há doenças, algumas fatais, mas há também muita reflexão em relação a tudo o que acontece.

A vida no acampamento é permeada por muita simbologia ou pela presença da mística, como é denominada pelo MST. É uma forma de manter acesa a fé e a esperança da vitória, de mantê-los unidos, de lembrar das lutas históricas dos trabalhadores, de firmar princípios e também de animação. A música, especialmente a caipira, sempre com sentido contestatário, os gritos de ordem, a bandeira do MST hasteada num ponto alto, o boné vermelho são marcos dos sem-terra organizados, são símbolos que os identificam, que marcam para eles próprios o que tem em comum, e também para a sociedade em geral⁹. As barracas de lona preta “perturbam” não apenas o afastado meio rural, mas também as beiras das estradas e as praças públicas.

A mística talvez seja uma das táticas mais importantes para manter a coesão do grupo, diante da repressão, da longa espera pelo assentamento e do sofrimento. É uma marca herdada de outros movimentos sociais do campo, como do Contestado em Santa Catarina, presente especialmente nos momentos de grande tensão.

Outro ponto essencial que se refere à formação dos sem-terra acampados diz respeito à rede de solidariedade que se cria em torno do acampamento. Pessoas, dantes desconhecidas, visitam-nos, doam alimentos e roupas e manifestam seu apoio. São estudantes, sindicalistas, religiosos, associações que acreditam nesta forma de organização coletiva e de massa, algo pouco comum nos dias de hoje, quando sindicatos e outras organizações perdem capacidade de mobilização e pressão. Neste contexto, os sem-terra têm contato com pessoas de diferentes lugares, com sua linguagem, sua arte, suas idéias, seu discurso, o que os afeta.

O acampamento, algo provisório, enquanto estão à espera (em luta) da conquista da terra, pode durar anos. Crianças nascem, crescem, jovens se casam, escolas

são improvisadas, professores habilitam-se (formal ou informalmente) a ensinar / educar as crianças, ainda na vida nos barracos de lona, que se tornam cada vez menos provisórios, devido à demora na desapropriação de terras e na ausência de uma política de reforma agrária.

Nesse tempo e nesse espaço, tem lugar um importante momento de constituição da identidade sem-terra, de criação de um elo entre trabalhadores que têm em comum uma história de exploração, de miséria, de violência e de desilusão. Está em jogo a possibilidade de tornar a experiência do acampamento num aprendizado, o que significa dar sentido a ela, potencializá-la. Aprender significa “atribuir sentido a uma realidade complexa” (Canário, 2000, p. 110).

A experiência de vida coletiva no acampamento, orientada pela luta comum para a conquista da terra, é elemento essencial para a organização futura do assentamento. Ela depende da prática dos acampados em organizar-se numa rotina de troca, de divisão, de respeito mútuo, de tomada de decisões, de capacidade de mobilização (algo menos intencional), dos debates e cursos promovidos pelo MST sobre as cooperativas de trabalhadores, sobre a forma coletiva de organização nos assentamentos, e também do conhecimento de experiências em curso, que podem se constituir em exemplos.

A passagem para o assentamento significa uma vitória, que traz consigo muitos desafios e conflitos. No acampamento estavam mobilizados para a luta pela terra, portanto, tinham algo muito forte em comum: uma trajetória marcada pela desigualdade social e a necessidade de mudar sua condição de vida, de ter trabalho, escola para os filhos, paz.

Na nova vida de assentados, deparam-se com um conjunto de necessidades que não fazia parte do seu cotidiano, no acampamento e antes dele. São desafiados a assumir tarefas complexas. É preciso planejar a vida e o trabalho, decidir a forma de organização da produção (coletiva ou individual), o que plantar e onde, com quais recursos, fazer projetos para buscar financiamentos, buscar assistência técnica, negociar com agentes externos. Necessitam também pensar nas casas, na escola, na saúde, nas estradas. Os assentamentos rurais no Brasil têm sido feitos sem a garantia das condições mínimas de vida e de trabalho.

No assentamento, vive-se uma realidade que já não é provisória, que passa por um processo de normalização, em que o trabalho se coloca como central, tendo em vista a necessidade de sobreviverem. Além do que, os sem-terra (continuam a identificar-se desta forma mesmo depois de conquistarem a terra) são desafiados em relação à sua capacidade de organização diante de uma contra-propaganda ideológica que os desqualifica. Vivem num outro espaço de socialização, mais complexo e com outros interlocutores. Como a experiência de vida é algo dinâmico, observamos no caso em estudo, que ela é alterada em função das novas situações vivenciais.

Neste contexto, há muitos conflitos internos e confrontos externos, provoca-

dos pelos limites históricos e pelas condições políticas que impedem a realização da reforma agrária na perspectiva apontada pelo MST. E provocados também pelas necessidades e expectativas dos sem-terra que se juntam ao Movimento buscando uma resposta imediata para seus problemas: querem a terra e as condições para nela produzir. Mobilizam-se em torno da perspectiva imediata de vida, e no assentamento é o vir a ser que se coloca, através da organização das cooperativas. Portanto, há um descompasso entre o presente e o futuro e uma tensão entre o individual e o coletivo, numa sociedade que prima pelo individual.

Há uma diversidade muito grande de experiências organizacionais nos assentamentos rurais do MST. Estes têm histórias diferenciadas em relação à sua organização, sua composição, o tempo de acampamento anterior e até mesmo à área desapropriada. Portanto, a construção de uma experiência de coletivização assume também diferentes expressões. Cada grupo tem um ritmo próprio e procura transformar os princípios do MST numa experiência particular.

As cooperativas de produção constituem-se na forma adotada pelo Movimento Sem Terra de fortalecimento dos assentamentos, em termos económicos e políticos, visando manter a coesão dos assentados entre si e com o movimento. Elas buscam desenvolver experiências em que a cooperação seja o centro da organização, no sentido de formar novos homens e mulheres. Tais experiências, no entanto, realizam-se no interior das cooperativas agrícolas, que produzem essencialmente para o mercado, portanto dentro da lógica capitalista que acaba por definir o que plantar, como plantar e para quem vender seus produtos, com trabalho assalariado e intenso que ocupa a vida das pessoas. Observamos, assim, o conflito entre as velhas formas de produção da vida e a emergência de experiências de organização cooperada em alguns assentamentos do MST.

Portanto, a condição de assentados não significa somente o acesso à terra, o que já representa uma grande conquista na conjuntura adversa em que se vive no Brasil, mas um rico processo de socialização possibilitado por um movimento que revoluciona os padrões de vida e de pensamento dos trabalhadores rurais, sejam eles pequenos proprietários ou seus filhos, arrendatários, meeiros, parceiros, assalariados ou desempregados.

Nos conflitos presentes na organização do assentamento, é possível perceber um processo de formação, que se realiza no embate de idéias, de concepções, de formas de encaminhamento, de práticas, de modos de vida. Os trabalhadores e suas famílias são desafiados a assumir tarefas complexas que, muitas vezes, não faziam parte do seu cotidiano, como administrar, planejar, perspectivar o futuro e, fundamentalmente, realizar estas tarefas em conjunto.

No campo da educação, é possível observar a apropriação de um conjunto de experiências adquiridas na prática dos sem-terra, anterior e posterior ao seu engajamento no MST. São conhecimentos que vão sendo incorporados e também transformados no decorrer da luta pela terra: com a experiência de organização,

de coordenação, de liderança, a criação de táticas de luta, de elaboração de projetos, de negociação; em função do contato com outras experiências de organização social e educativas que se desenvolvem no país e também fora dele; e com os cursos oferecidos pelo próprio MST (formais e informais).

Há uma política por parte do Movimento dos Sem Terra de formação de sua base: formação política, técnica e escolar, desenvolvida por meio de cursos próprios, de parcerias com universidades, institutos e prefeituras e nas escolas vinculadas às redes estaduais e municipais que funcionam em alguns acampamentos e nos assentamentos rurais¹⁰.

As experiências como fontes de aprendizagens

Desenvolvemos, em primeiro lugar, a idéia de que a necessidade é a grande mobilizadora de aprendizagens. No caso em estudo, dos sem-terra, estes são levados, pelas suas condições de vida, a criar possibilidades de sobrevivência, sendo esta apenas possível de forma coletiva. “A capacidade de aprender dos indivíduos resulta da necessidade de responder aos desafios e imprevistos que a vida cotidiana coloca” (Cavaco, 2002, p. 32).

A sobrevivência não é garantida apenas pelo acesso à terra, a sua conquista e a permanência nela depende fundamentalmente da capacidade de organização coletiva, da coesão em torno de objetivos comuns, da mobilização de massa, da construção de uma rede social de apoio, de planejamento e de conhecimento. A possibilidade de produção e comercialização só se viabiliza com a apropriação de conhecimentos técnicos e tecnológicos.

Observamos, no caso do MST, que as experiências que provocam alterações duráveis podem ser consideradas formativas, o que depende da intensidade e pertinência da experiência para o sujeito. Nesse sentido, todo o processo de luta, conquista e permanência na terra é permeada por riquíssimas aprendizagens. Estas se manifestam, sobretudo, quando os sem-terra vão tendo de se desligarem das necessidades mais imediatas. A necessidade é a mola propulsora da aprendizagem, entretanto ela precisa ser superada para que haja de fato um processo de aprendizagem. A noção de projeto, de perspectivar o futuro, de planejar e também de sonhar é o que mais mobiliza.

A partir destas considerações, questionamos: em que estas experiências afetam os sem-terra? Ou como eles se deixam afetar por elas? Percebemos, por meio de nossas pesquisas, que a forma das pessoas reagirem a uma dada situação, a uma experiência, como foi a da luta pela terra, do acampamento, depende do modo como elas se colocam diante dessas experiências, de como as interpretam e do significado que lhes atribuem. O modo como cada pessoa vivenciou o processo de luta, a intensidade e expressividade da sua participação, a capacidade de articulação das diversas experiências, pode ou não tê-los despertado para novas questões

que superam o habitual e conhecido. Observamos que o percurso de cada sujeito, considerando suas singularidades, tem confluências, ou pontos de encontro e de desencontro, com o percurso do outro, além do que as trajetórias de vida, de trabalho, de formação são construídas no interior de determinadas relações sociais. “À escala de uma vida, o processo de formação dá-se a conhecer por meio dos desafios e apostas nascidos da dialética entre condição individual e condição colectiva.” (Josso, 2002, p. 30).

Para pensar a relação entre a formação e a vida material, buscamos em E. P. Thompson uma concepção alargada sobre a experiência. Como um historiador contemporâneo dentro da abordagem marxista, este desenvolve aspectos pouco estudados até então. Um deles, e de grande relevância nas suas obras, o qual perpassa toda a Formação da Classe Operária Inglesa (1987), é a experiência histórica.

Para Thompson, a categoria experiência, por mais que seja imperfeita, é indispensável ao historiador, “já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (1981, p. 15).

O autor analisa a relação fundamental e permanente entre a matéria e o pensamento, um implica o outro, o que pressupõe o diálogo entre o ser social e a consciência social. “A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (Thomson, 1981, p. 16).

Tomar como categoria a experiência é pensar a própria formação humana. Observamos, de um lado, o chamado “imperialismo teórico”, em que a realidade sócio-histórica é naturalizada, mas também nos deparamos, por outro lado, com uma forma de pensamento que se constitui em simples reflexo da situação que se vive, preso às condições e circunstâncias sociais. Nesse sentido, a formação ou a experiência humana apresentam-se como elementos centrais para pensar a organização da vida social de forma ampla, sem perder de vista a especificidade das inúmeras experiências coletivas que vêm se constituindo diante da crescente impossibilidade de produção e reprodução humana através do trabalho.

Em nossas pesquisas (Vendramini, 2000 e 2002), procuramos observar como os trabalhadores sem-terra vão construindo suas experiências e dando sentido a elas nos assentamentos e cooperativas e, principalmente, no interior de um movimento social. Assim como em outros espaços sociais, no assentamento, as relações sociais educam, quando elas possibilitam a experimentação de algo novo e a perda das ilusões. O espaço do assentamento é um espaço contraditório em si, ao construir experiências inovadoras na sua base material num mundo que reproduz as velhas relações de produção. Portanto, é nesse movimento, entre conflitos e disputas, que as pessoas se educam.

Um aspecto que dificulta a construção de aprendizagens fundadas na autonomia, são os modelos de organização, de produção, de ensino impostos pela direção

do MST, os quais, muitas vezes, ignoram a diversidade das experiências de organização do trabalho presentes nas trajetórias dos sem-terra. Tais modelos podem ser determinados pelas necessidades do contexto em que vive o movimento, pelas adversidades impostas, pela grande repressão¹¹, pelas carências materiais e de referenciais libertadores, pelo silêncio da maioria das universidades e outros setores acadêmicos, bem como pela base que constitui o movimento, cada vez mais excluída socialmente e alijada das políticas públicas, entre elas a educacional.

Ainda que contextualizados, estes modelos bloqueiam a possibilidade de construção de alternativas de vida, de trabalho, de cultura e de educação com caráter duradouro e com significado para os sujeitos envolvidos nestas experiências, que contribuam para a necessária autonomia política das classes trabalhadoras.

Quanto ao reconhecimento das aprendizagens construídas na experiência dos sem-terra, este passa pelo campo pessoal (auto-reconhecimento das mudanças que se passam em cada um), social (passam a ser reconhecidos no meio em que vivem, seja de forma positiva ou negativa) e político (no que diz respeito às instâncias internas do MST, aos movimentos, sindicatos e partidos políticos aliados e aos governos).

Na pesquisa que sustentou nossa tese de doutorado (Vendramini, 1997), observamos que para a maioria dos sem-terra por nós entrevistados, as mudanças na sua vida com a participação no MST aconteceram no aspecto político e no campo das relações sociais, em termos de abertura dos horizontes, da quebra do isolamento em que viviam, dos intercâmbios e, fundamentalmente, do aprendizado e da consciência adquirida, da mudança de comportamento e de idéias. Segundo eles, aprenderam a viver em comunidade, a lutar pelos seus direitos, a enfrentar os opositores e a identificá-los, a fazer uma análise de conjuntura, a dizer o que sentem e pensam, a lutar pelo que é direito. Estão mais informados, lutam para ter representantes seus em todos os setores: nas comunidades, nas prefeituras e na Assembléia Legislativa.

Pra mim mudou bastante, porque a gente vê que, junto, várias idéias, várias palavras têm força. Lá, na vida que a gente vivia, não tinha coragem de dizer o que sentia, não tinha a capacidade de fazer uma análise de conjuntura.

Estes oito anos que nós estamos na luta foram uma faculdade.

Outra coisa que mudou, acho que até pela formação que nós temos recebido, foi no campo do entendimento mais político, de analisar a vida, a própria conjuntura.

As dificuldades que o povo passa não é por vontade de Deus, tem um projeto político por trás. A gente tem passado por mudanças de comportamento, de idéias.¹²

Os assentados consideram que o processo de luta pela terra deixou grandes marcas na sua vida, que nunca serão apagadas, relacionadas com o seu modo de pensar, as suas noções e concepções, capacidade de análise e grau de formação e informação.

Quanto ao reconhecimento social e político, este é fundamentalmente ideológico. Os sem-terra podem ao mesmo tempo ser considerados como “gado a ser marcado, como erva daninha a ser erradicada” (expressões de folheto distribuído por grandes proprietários rurais no Rio Grande do Sul) ou receberem prêmios nacionais e internacionais (o MST recebeu 200 prêmios em 20 anos¹³) e apresentarem sua experiência ao mundo.

A imprensa, no Brasil, tem um importante papel ideológico de militarização dos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Sem Terra, tendo em vista seu impacto social nos últimos vinte anos. As reportagens na imprensa falada e escrita desqualificam os sem-terra e seus líderes, apresentando-os como bandidos, manifestam descaradamente seu apoio à grande propriedade rural e não divulgam as experiências bem sucedidas dos assentamentos rurais.

Em contraposição, o MST usa diversas táticas para obter o apoio da sociedade, pela solidariedade aos movimentos urbanos, pelas doações de produtos dos assentamentos, pelos debates públicos, pela sua capacidade de organização nas manifestações públicas e, especialmente, por expressar o sentimento de mudança, que está presente em muitos brasileiros, ainda que reprimido.

O reconhecimento por parte das comunidades onde os assentamentos se localizam deve-se à capacidade dos trabalhadores no campo da produção. Inicialmente, eles podem sofrer discriminações, o que muda em função das condições materiais dos assentados.

É comum encontrar assentados que interferem na política do município, que se elegem a cargos legislativos e até mesmo decidem disputas eleitorais, tendo em vista a população dos assentamentos, que muitas vezes, supera a população de pequenos municípios. Em termos políticos, 33,9% dos sem-terra acampados e assentados em Santa Catarina são filiados a partidos políticos. Entre estes, 30% estão no Partido dos Trabalhadores (PT), 1,7% no Partido Democrático Trabalhista (PDT) e 1,7% no Partido para o Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); os demais preferiram não denominar a afiliação.

A presença dos trabalhadores rurais assentados dinamizou a vida de diversos pequenos municípios, movimentou sua economia, impôs a construção ou melhoria de estradas, criou empregos e reabriu escolas que haviam sido fechadas.

Há um grande envolvimento do MST em outras lutas para além da terra, junto a diversas organizações sociais, sindicatos e partidos políticos, em função de sua experiência e força política. Atualmente, o Movimento participa em âmbito internacional da Via Campesina e da campanha mundial pelo reconhecimento da semente como patrimônio da humanidade e contra a produção transgênica.

Além das suas diversas formas de manifestação pública, já aqui assinaladas, o MST divulga sua luta por meio de publicações por ele editadas (no campo da produção, da educação, da saúde, da organização) e por outros canais populares (como por exemplo, a editora Expressão Popular).

Por último, gostaríamos de acentuar o reconhecimento social e político de conhecimentos constituídos / transformados pelos sem-terra no contexto do MST. Hoje, no Brasil, como já assinalamos, há diversos programas educativos que incluem a educação de crianças, jovens e adultos, de iniciativa do Estado, de universidades, do próprio Movimento Sem Terra e de entidades a ele ligadas. Em alguns, há a certificação, como no PRONERA (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária), que desenvolve projetos de educação de jovens e adultos. Os professores das escolas de acampamentos e assentamentos são formados no Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária – ITERRA, no curso de magistério, ou nos cursos de pedagogia em universidades que mantêm parcerias com o MST. No curso do ITERRA, funciona a pedagogia da alternância, sendo dada relevância à experiência dos professores nas suas comunidades.

Ainda que o MST tenha a preocupação de capacitar / certificar seus professores, a base fundamental da formação está na própria vivência no acampamento / assentamento e na luta pela reforma agrária. O saber mais valorizado pelo Movimento é aquele que divulga a história da luta dos trabalhadores, que prepara as pessoas para a organização coletiva e para a autogestão, sendo este construído na experiência de luta dos sem-terra, experiência esta prática e teórica, advinda dos inúmeros cursos ministrados.

Portanto, a vivência dos sem-terra, a sua capacidade de organizar-se, de buscar saídas coletivas para a sua miserável condição de vida pode ser potencializadora de aprendizagens se houver reflexão sobre esse processo, ou seja, se for traduzida em experiências. De acordo com Josso (2002), as vivências atingem o estatuto de experiências a partir do momento em que fazemos um certo trabalho sobre o que se passou e sobre o que foi observado, percebido e sentido. O primeiro momento de transformação de uma vivência em experiência inicia-se no momento em que prestamos atenção ao que se passa em nós e/ou na situação na qual estamos implicados, pela nossa simples presença.

Neste sentido, a prática e a reflexão são dois elementos fundamentais na experiência, sendo esta inteiramente ligada ao vivido e à sua interpretação. “Para aprender é necessário compreender o sentido das experiências, ou seja, reflectir e tornar conscientes as experiências de vida e, é neste sentido que se pode falar de formação experiencial” (Cavaco, 2002, p. 34).

Todo ato de aprendizagem é acompanhado de desaprendizagens. É preciso, segundo Canário (2000), articular uma lógica de continuidade (experiência anterior) com uma lógica de ruptura (crivo da reflexão crítica). No caso do MST, este processo é extremamente complexo e conflitivo, o qual não poderia ser diferente, visto que o Movimento busca instaurar formas solidárias, autônomas e coletivas de organizar a vida num contexto social, econômico e político que prima pelo individual e pela subserviência. Os sem-terra são desafiados a reconstruir valores e práticas sociais abandonados há muito tempo e rechaçados no modo de vida capitalista.

Correspondência

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Ciências da Educação / Campus Universitário - Trindade

Caixa Postal 476 – Florianópolis/SC/Brasil – 88040-900

Email: cvvendram@ced.ufsc.br

Notas

- ¹ Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou um estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com apoio da CAPES, em 2004-2005.
- ¹ Uma versão modificada deste texto foi apresentada no Colóquio da ADMEE, em novembro de 2004, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- ² Especialmente a pesquisa “Assentamentos do MST e Identidade Coletiva”, concluída em abril de 2004, coordenada pelas professoras Célia Regina Vendramini e Bernardete Wrublevski Aued, com apoio do CNPq e FUNCITEC.
- ³ A população rural brasileira, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 31.835.143, representando 19% da população do país.
- ⁴ O caboclo emerge no contexto da construção da estrada de ferro e do Movimento do Contestado. Muitos chegam ao Oeste Catarinense para a construção da rodovia que liga São Paulo ao Rio Grande do Sul, a qual gera muitos conflitos, entre eles o de terras, constituindo-se numa das razões para a Guerra do Contestado, entre os anos de 1914 a 1916.
- ⁵ Fonte: www.mst.org.br. Acesso em 16 de agosto de 2004.
- ⁶ Sistema de financiamento do governo federal para a aquisição de terra.
- ⁷ Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1990 há 664.375 indigentes em Santa Catarina, dos quais 422.831 estão nos campos. Acrescente-se a isso o fato do Brasil ter a maior concentração de propriedades rurais do mundo. Pelos dados do censo de 1995-6, o índice de Gini (indicador que permite verificar o grau de concentração da terra) é de 0,86 (indica uma concentração muito forte). Como praticamente nada mudou, em 2000, o índice provavelmente alcança a faixa de extrema concentração, afirma Carvalho no *Jornal Brasil de Fato* (2003, n.23).
- ⁸ Bebida quente à base de ervas, tradicional da região sul do Brasil.
- ⁹ Em encontro dos sem-terrinha realizado em Florianópolis / SC, em outubro de 2003, com a presença de 600 crianças acampadas e assentadas, estas pareciam, segundo uma jornalista, uma plantação de moranginhos, com seus bonés vermelhos.
- ¹⁰ O MST também oferece formação em nível médio e superior. Na Escola Josué de Castro, o Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária – ITERRA (vinculado ao MST) mantém os cursos técnicos de nível médio em administração de cooperativas e magistério. Em parcerias com universidades, o MST promove cursos de nível superior em Pedagogia. Além das escolas, cursos e programas mencionados, o MST mantém a Escola Nacional Florestan Fernandes, que oferece aos acampados e assentados o Curso Básico de Formação de Militantes e Cursos de Formação de Formadores.
- ¹¹ Entre 1º de janeiro a 30 de novembro de 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 71 assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo, 77,5% a mais do que no mesmo período de 2002. É igualmente o mais elevado desde 1991, quando ocorreram 54 mortes. Em 1990, 79 camponeses foram assassinados. Em 2003 foi registrado um crescimento de 76,3% a mais do que em 2002, nas tentativas de assassinato. A degradação brutal das condições de vida revela-se com o aumento da violência estampada no número de famílias despejadas por mandados judiciais: 227% maior do que em no ano de 2002. Em 2003, 87,8% famílias foram expulsas da terra a mais do que no ano passado. O número de famílias expulsas da terra, até novembro do ano 2003, é de 2.346, contra 1.249 no ano passado, marcando um crescimento de 87,8%. (Dados da Comissão Pastoral da Terra, www.cpt.org.br).
- ¹² Os depoimentos foram colhidos nos Assentamentos “Conquista Cinco de Maio” e “Vinte e Cinco de Julho”, localizados no estado de Santa Catarina, pela autora deste texto em sua pesquisa de doutorado, intitulada: “Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (1997).

¹³ São prêmios, títulos, medalhas recebidos pelo MST em função da sua luta pelos direitos humanos, pela justiça social, pela reforma agrária, pelo combate à fome e à miséria, pelo programa de educação que desenvolve, entre outros. A título de exemplo, indicamos o prêmio Unicef Educação Participação, recebido pelo setor de Educação do MST, em 1995, pelo trabalho de formação de professores e edição de materiais didáticos.

Referências bibliográficas

- Aued, B.W. e Vendramini, C.R. (2004). Assentamentos do MST e Identidade Coletiva. Florianópolis, Relatório de pesquisa (Plano Regional Sul CNPq/FUNCITEC).
- Canário, R. (2000). Educação de adultos: um campo e uma problemática. Lisboa: EDUCA; ANEFA.
- Cavaco, C. (2002). Aprender fora da escola: percursos de formação experiencial. Lisboa: EDUCA. CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. www.cpt.org.br.
- Hobsbawm, E. e Rudé, G. (1982). Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra no início do século XIX. Trad. de M. A. Pamplona e M. L. S. Pinto. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Josso, M. C. (2002). Experiências de vida e formação. Trad. de J. Cláudio e J. Ferreira. Lisboa: Educa. MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. www.mst.org.br.
- MST. (1994). Escola, trabalho e cooperação. São Paulo: Setor de Educação. (Boletim da Educação, 4).
- MST. (1991). Sistema Cooperativista dos Assentamentos. SCA. São Paulo. (Apostila)
- Ribeiro, M. (2004b). Organizações cooperativas de agricultores e educação escolar: desafios a uma formação cooperativa. In N. Zago e C. R. Vendramini (Org.) Revista Perspectiva, 1 (21), 167-194.
- Thompson, E. P. (1997). A formação da classe operária inglesa. Trad. de D. Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3 vols.
- Thompson, E.P. (1981). A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Trad. de W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Vendramini, C.R. (1997). Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos.
- Vendramini, C.R. (2000). Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Editora Unijuí.
- Vendramini, C. R. (Org.) (2002). Educação em movimento na luta pela terra. Florianópolis: NUP/CED/UFSC.